

O impacto do uso da Internet na Mobilidade Social: uma análise dos últimos 20 anos

Gutemberg José Alves De Almeida (Universidade Candido Mendes)
Rodolfo Tomas Da Fonseca Nicolay (Universidade Candido Mendes)
Alberto Eduardo Besser Freitag (Universidade Candido Mendes)

Resumo

Este artigo tem o objetivo de estimar o impacto do uso da internet na mobilidade social, propondo o seguinte questionamento: existe relação entre a percentagem de habitantes de um país com acesso a internet e as condições que este país apresenta de mobilidade social? Com base nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar o impacto do uso da internet na mobilidade social, por meio de uma revisão sistemática da literatura baseada no protocolo PRISMA e um estudo de correlação entre a percentagem de habitantes de um país com acesso a internet e as condições que este país apresenta de mobilidade social. A motivação principal deste estudo reside no fato do Brasil possuir uma das piores colocações no Índice de Mobilidade Social Global, 60º entre 82 países, e pelas condições de distanciamento social impostas pela pandemia do COVID-19, em que o uso da rede mundial de computadores se mostrou fundamental para a manutenção das relações sociais. Neste sentido, foram pesquisados artigos relacionados ao tema e levantados dados que evidenciaram que houve no período uma correlação positiva entre a percentagem de pessoas de um país com acesso à internet e sua mobilidade social. Indicando que quanto maior a disponibilidade e o uso da internet em determinado país, maior serão as condições de mobilidade social.

Palavras-Chave: Mobilidade social, Internet, Mobilidade de renda, Conectividade, Covid-19.

1. Introdução

O início da Quarta Revolução Industrial, marcada pela expansão da internet a partir dos anos 2000, provocou transformações mundiais. Facilidades e oportunidades de ascensão social foram criadas privilegiando uma fração da população com acesso à grande rede, concomitantemente, pessoas sem qualificação e/ou conectividade foram marginalizadas (BANCO MUNDIAL, 2021). A desigualdade está aumentando mesmo nos países que experimentaram um crescimento rápido. As consequências sociais e econômicas da desigualdade são profundas e de longo alcance: um crescente senso de injustiça, precariedade, perda percebida de identidade e dignidade, enfraquecimento do tecido social, erosão da confiança nas instituições, desencanto com os processos políticos e uma erosão do contato social (WEF, 2020, p. 4). A resposta, segundo o Relatório de Mobilidade Social (WEF, 2020), deve incluir um esforço concentrado para criar novos caminhos para a mobilidade socioeconômica, garantindo que todos tenham oportunidades justas de sucesso. Esta recomendação por si só mostra a relevância deste estudo, tendo em vista que o Brasil ocupa o último terço no ranking de mobilidade social mundial de 2020, na 60ª posição entre 82 países (WEF, 2020).

Em geral, economias com maior mobilidade social oferecem oportunidades mais justas a todos os seus habitantes, com base na meritocracia, independentemente do contexto de partida do indivíduo, seja ele econômico, de localização geográfica, social, de gênero ou de raça, oferecendo acesso à informação, saúde e educação de qualidade a todos os seus habitantes (PASTORE, 2000). Para Iversen et al. (2019, p. 1) “o avanço do estudo da mobilidade social nos países em desenvolvimento não é apenas um empreendimento viável, mas que tem um valor considerável para o meio acadêmico”.

Ainda segundo o relatório de mobilidade social mundial (WEF, 2020), existe uma relação direta e linear entre a desigualdade social e de renda de um país e sua mobilidade social. Gottschalk e Spolaore (2002) apontaram importantes ganhos de bem-estar social associados ao aumento de mobilidade nas economias americanas e alemã, sendo que estes ganhos foram mais expressivos nos EUA, devido a sua distribuição de renda mais desigual. O que torna o estudo no caso brasileiro ainda mais relevante, dado a sua histórica má distribuição de renda. Sobre bem-estar, Barnes e Hall (2013) destacam que a crescente desigualdade no bem-estar não aumenta simplesmente a privação relativa; ela também ameaça a solidariedade social das sociedades de forma que auguram o crescimento de conflitos sociais, isolando os mais pobres e diminuindo as oportunidades de desenvolvimento social da população como um todo.

A revolução digital e da informação mudou a maneira como o mundo aprende, comunica, faz negócios e trata as doenças. As novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) oferecem vastas oportunidades de progresso em todas as esferas da vida e em todos os países - oportunidades para o crescimento econômico, melhoria da saúde, melhor prestação de serviços, aprendizagem através da educação à distância e avanços sociais e culturais (BANCO MUNDIAL, 2021). Dados extraídos do Banco Mundial (2021) revelam que nos últimos 20 anos, apenas 38,7% da população brasileira, em média, teve acesso regular à internet.

Diante do contexto supracitado, surge o seguinte questionamento: “Existe correlação entre a percentagem de habitantes de um país com acesso à internet e as condições que este país apresenta de mobilidade social?”. Pretende-se responder a esta pergunta por meio deste trabalho, cujo objetivo é analisar o impacto do uso da internet na mobilidade social, por meio de uma revisão sistemática da literatura e análise da correlação entre o uso da internet e a mobilidade social.

Além desta introdução o estudo possui a seguinte estrutura: na segunda seção, apresenta-se uma revisão da literatura. A terceira seção aborda a metodologia e os dados utilizados. Na quarta seção são apresentados e discutidos os resultados, seguidos da conclusão na quinta seção, e por fim, as referências bibliográficas do estudo.

2. Fundamentação teórica

A pesquisa buscou apresentar por meio de uma revisão da literatura uma síntese abrangente e coerente dos principais conceitos e contextos referentes à mobilidade social, educação relacionada à mobilidade social e mobilidade de renda.

2.1. Mobilidade social

Artigos pesquisados, como os de Ribeiro (2012), Pero e Szerman (2008), Pero (2006) e Ferreira e Veloso (2003) estudaram as pesquisas com matriz de mobilidade, comparando os rendimentos e ocupações dos pais com rendimentos e ocupações dos filhos, a chamada mobilidade intergeracional.

Outros realizaram estimações econométricas entre variáveis que teriam impacto direto na mobilidade social e na mobilidade de renda (IVERSEN et al., 2019; BLANDEN, 2013). Esta pesquisa inova ao realizar estudos para analisar o impacto de uma única variável na mobilidade social nos últimos 20 anos, procurando respostas sobre o impacto do uso da internet na mobilidade social, usando como parâmetro de mobilidade o índice de mobilidade social mundial de 2020 do Fórum Econômico Mundial (WEF, 2020). Segundo o Fórum Econômico Mundial (WEF, 2020, p. 8) “A globalização e a Quarta Revolução Industrial geraram grandes benefícios para a sociedade, elevando o padrão de vida de bilhões e tirando milhões da pobreza. Mas também exacerbaram as desigualdades em nossas sociedades”. Dados coletados em

1973 revelam elevada mobilidade social no Brasil. Em relação aos seus pais, quase 50% dos filhos (47,1%) subiram na escala social, 41,6% ficaram imóveis e 11,3% desceram na escala social (PASTORE, 2000). Nessa época a economia nacional crescia a taxas próximas dos dois dígitos, corroborando o papel fundamental do crescimento da economia na mobilidade social.

2.2. Educação e mobilidade social

Para Ribeiro (2002), entre 1996 e 2008 ocorreram mudanças significativas com a mobilidade social e de renda no Brasil, segundo ele, em grande parte, devido ao aumento da escolaridade da população, as políticas de transferência de renda e a diminuição dos retornos educacionais. Para a Teoria do Capital Humano, desde meados do século XX, a educação é um dos fatores mais importantes de ascensão social, e foi determinante para a mobilidade social do país nas últimas décadas. Segundo Lemos et al. (2009, p. 4), “De forma simplificada, a educação é vista como um investimento que eleva a produtividade e os lucros dos trabalhadores, além de impulsionar o desenvolvimento econômico” Neste sentido, o Banco Mundial (2021, Data World Bank - IDH) afirma que “a fonte principal das diferenças de nível de vida entre as nações são as diferenças de capital humano, que também são, em grande medida, produto da educação”, conforme explicado na descrição da variável Capital Humano deste trabalho.

Filho (2003, p.74) complementa avaliando que “as políticas educacionais estão apoiadas nos pressupostos de que a educação produziria efeitos determinantes para a produtividade do trabalho, competitividade internacional, desenvolvimento econômico e mobilidade social”. Ainda segundo Filho (2003, p. 63, apud Chomsky, 1999, p. 120) “Por outro lado, seria demagógico sustentar que a miséria latino-americana é o resultado da educação deficiente no subcontinente, quando há uma série de variáveis determinantes de igual ou maior importância para explicar este cenário”.

2.3. Mobilidade de renda

Sobre a desigualdade de renda, Figueiredo e Ziegelmann (2009) afirmam que “a mobilidade de renda gera um impacto positivo sobre o nível de bem-estar econômico” e ainda que “nações que apresentam grandes disparidades de renda e significativas parcelas da população localizada nos extratos inferiores da distribuição, tendem a se beneficiar mais com a mobilidade social”. Sendo essa exatamente a realidade da distribuição de renda no Brasil, é de se imaginar que o impacto de melhores condições de mobilidade social no país teria um elevado impacto na condição de vida da população como um todo. Outro estudo de Figueiredo (2009) conclui que o aumento da mobilidade de renda passa a representar uma quebra na rígida estrutura social brasileira, gerando, com isso, uma melhor distribuição de rendimentos e bem-estar econômico no país.

Trabalhos desenvolvidos por Salazar e Waltenberg (2016), também dão aval à implementação de futuras políticas públicas neste sentido ao afirmarem que “a desigualdade de renda é um aspecto que incomoda os brasileiros em geral, sendo a sociedade favorável à progressividade de impostos”. O aval da população baliza governantes a pensarem neste sentido de uma política de taxaço de impostos progressiva, sendo este, um caminho de comprovada efetividade de mobilidade. Friedman (1962) já sugeria uma correlação negativa entre desigualdade social e mobilidade social, assim, os retornos educacionais acabam por ser um vetor positivo para uma maior mobilidade, por diminuir a desigualdade de renda da população como um todo, sabendo-se que famílias com melhor poder aquisitivo podem proporcionar

uma melhor educação aos seus filhos em detrimento da maior parte das famílias que dependem do ensino público, de qualidade inferior ao ensino privado, em muitos países.

Ainda sobre a mobilidade de renda, Blanden (2013) estudou a elasticidade da mobilidade intergeracional entre pais e filhos a partir da seguinte equação (I):

$$y_1 = \alpha_1 \cdot y_0 + u_i \quad (I)$$

Onde, y_0 é o registro natural dos ganhos dos pais, e y_1 representa os ganhos correspondentes para os descendentes. Além disso, α_1 é o Índice de Gini Educacional (IGE). O IGE varia de 0 a 1, onde o valor 0 indica nenhuma relação entre a educação do pai e a educação do filho. Pode-se observar pela Tabela 1 que no caso brasileiro a educação dos pais possui forte relação com a educação dos filhos. Diferentemente quando se analisa os países escandinavos, onde o índice é muito baixo. Este índice possui correlação positiva com a desigualdade de renda do país, segundo o relatório de mobilidade mundial de 2020 (WEF, 2020).

Tabela 1 – Elasticidade de renda intergeracional

País	IGE
Brasil	0,52
EUA	0,41
Alemanha	0,24
Suécia	0,24
Canadá	0,23
Dinamarca	0,14

Fonte: Blanden (2013).

Segundo Pero e Szerman (2008) “Considerando-se a importância da mobilidade intergeracional de renda para a determinação dos diferentes tipos de desigualdade, é surpreendente o número reduzido de estudos que têm se dedicado a analisar o tema no Brasil.” Em Ferreira e Veloso (2003) é corroborada a hipótese de que restrições ao crédito constituem um fator gerador de transmissão intergeracional no Brasil, ao contrário das evidências em outros países, como o Canadá. Ainda segundo Pero e Szerman (2008) “o Brasil apresenta um alto grau de desigualdade de oportunidades, a qual é responsável por 67% da desigualdade observada. A alta transmissão de status econômico entre gerações vai na direção de explicar a estabilidade da desigualdade de renda no Brasil”.

3. Metodologia

No que tange a natureza da pesquisa, os critérios de classificação dos tipos de pesquisa variam de autor para autor, obedecendo interesses, objetivos e campos. Ander-Egg (1978) classifica em dois tipos: a pesquisa básica pura (Booth et al., 2019) ou fundamental, que é aquela que procura o progresso científico e tem por meta o conhecimento pelo conhecimento, e a pesquisa aplicada que, como o próprio nome já diz, tem interesses práticos na solução de problemas. A natureza desta pesquisa pode ser classificada como básica pura, já que visa estudar o impacto do uso da internet na mobilidade social.

A estratégia para a coleta de informações foi a pesquisa bibliográfica, definida por Gil (2002) como um apanhado constituído, principalmente, por livros e artigos científicos. Sua proposta é analisar diferentes posições que englobam um determinado assunto. Marconi e Lakatos (2003) declaram ainda que essa pesquisa é elaborada a partir de importantes trabalhos realizados com capacidade de enriquecer o material a ser feito com dados atuais e relevantes.

Os artigos científicos foram coletados nas fontes Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos Capes (buscar assunto). A base de dados Scielo é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos basicamente nos idiomas português e espanhol, com documentos revisados às cegas e por pares, atestando a sua qualidade. O Google Acadêmico é uma base de dados que reúne trabalhos oriundos da literatura acadêmica. No acervo, é possível encontrar artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, resumos, revistas de universidades e até mesmo livros. O Portal de Periódicos foi oficialmente criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e consiste de uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza um grande acervo científico de produção nacional e internacional.

O processo de pesquisa envolveu uma revisão sistemática da literatura por meio do protocolo PRISMA (MOHER et al., 2009), em quatro fases. Segundo Creswell (2010), a revisão de literatura oferece vários benefícios, por exemplo, fornece uma visão geral e abrangente das evidências disponíveis sobre um determinado tema de pesquisa. Além disso, ajuda a identificar lacunas de pesquisa no entendimento atual de um campo de estudo. Uma revisão da literatura pode destacar preocupações metodológicas em estudos de pesquisa que podem ser usados para aprimorar trabalhos futuros na área estudada. Por fim, podem ser usados para identificar questões para as quais as evidências disponíveis fornecem respostas claras e, portanto, para as quais pesquisas adicionais não são necessárias.

Para Robson (2011), uma revisão sistemática da literatura é uma forma específica de identificar e sintetizar as evidências de uma ênfase em:

- Fornecer cobertura abrangente da literatura disponível no campo de interesse;
- Qualidade das evidências revisadas;
- Seguir uma abordagem detalhada e explícita para a síntese dos dados; e
- Utilização de processos transparentes e rigorosos ao longo da pesquisa.

A pesquisa buscou trazer publicações dos últimos 20 anos, identificados até o mês de abril de 2021. Foram utilizadas na pesquisa as combinações de termos (“Mobilidade Social” AND “Mobilidade de Renda” AND “Desenvolvimento Socioeconômico”).

O processo de pesquisa envolveu duas etapas, inicialmente uma revisão sistemática da literatura, acima descrita, seguida de um estudo para verificar a correlação entre as variáveis “Mobilidade Social” e “Internet”, fontes primárias desta pesquisa. A variável explicada - Mobilidade Social - é representada pelo índice de mobilidade social mundial do ano de 2020, divulgado no relatório de mobilidade social mundial do Fórum Econômico Mundial (WEF, 2020). O índice de cada país foi calculado a partir de três áreas interconectadas que impactam a mobilidade social: crescimento e competitividade; educação, habilidades e trabalho; e igualdade e inclusão.

A variável explicativa - Internet - é representada pela proxy IT.NET.USER.ZS - *Individuals using the Internet (% of population)*, disponível no site do banco mundial e que contabiliza todos os indivíduos que utilizaram a Internet através de computador, telefone celular, assistente pessoal digital, máquina de jogos, TV digital etc., em um período de 3 meses, independentemente para que fim a internet foi utilizada.

4. Resultados e Análise

4.1. Revisão da Literatura

Baseada no protocolo PRISMA, a revisão sistemática da literatura identificou 45 registros, conforme mostrado no fluxo de informações (Tabela 2), seguidos de 43 na fase de seleção, 34 em elegibilidade, finalizando com 12 na fase de inclusão.

Para a frase de pesquisa (“Mobilidade Social” AND “Mobilidade de Renda” AND “Desenvolvimento Socioeconômico”), foram identificados 16 registros na base Scielo, 4 registros em periódicos revisados por pares no Portal de Periódicos Capes (buscar assunto), e 25 registros no Google Acadêmico, totalizando 45 registros na primeira fase.

Tabela 2 – Fluxo de informações através das fases de uma revisão sistemática da literatura

Base Científica	Frases de Pesquisa	1. Identificação	2. Seleção	3. Elegibilidade	4. Inclusão
		Critérios de Exclusão =>	Registros duplicados #2	Textos sem autoria, sem acesso gratuito ou sem metodologia #9	Texto não alinhado com o escopo deste estudo #22
Scielo	("Mobilidade Social" AND "Mobilidade de Renda" AND "Desenvolvimento Socioeconômico")	16	15	11	6
Portal Periódicos Capes		4	4	4	3
Google Acadêmico		25	24	19	3
Total		45	43	34	12

Fonte: autores (2021).

Os critérios de exclusão definidos foram: registros duplicados na fase de seleção, textos sem autoria, sem acesso gratuito ou sem metodologia na fase de elegibilidade e texto não alinhado com o escopo deste estudo na fase de inclusão. Na segunda fase, foram excluídos 2 registros, selecionando um total de 43 registros para a terceira fase. Na terceira fase foram excluídos 9 registros, restando um total de 34 registros elegíveis para a quarta fase. Na quarta fase, foram excluídos 22 registros, totalizando 12 registros, que foram analisados e incluídos na fundamentação teórica.

A Tabela 3 apresenta os principais tópicos identificados, com seus respectivos autores.

O índice de mobilidade social é baseado em uma metodologia que integra as estatísticas mais recentes de organizações internacionais e uma pesquisa com executivos.

Tabela 3 - Tópicos e autores

Tópicos	Autores (ano)
Mobilidade social	Ferreira et al. (2006); Ribeiro (2012); Pero e Szerman (2008); Pero (2006); Ferreira e Veloso (2003); Iversen et al. (2019); Blanden (2013); Pastore (2000)
Educação e mobilidade social	Ribeiro (2002); Lemos et al. (2009); Filho (2003)
Mobilidade de renda	Figueiredo e Ziegelmann (2009); Figueiredo (2009); Salazar e Waltenberg (2016); Friedman (1962); Blanden (2013); Pero e Szerman (2008); Ferreira e Veloso (2003)

Fonte: autores (2021).

Tradicionalmente, a mobilidade social é medida ao longo das gerações, capturando assim apenas o efeito das medidas tomadas há décadas. O Índice de Mobilidade Social Global concentra-se nas políticas, práticas e instituições que determinam coletivamente até que ponto todos na sociedade têm uma chance justa de realizar seu potencial, independentemente de sua origem socioeconômica, a origem de seus pais ou o local onde eles nasceram (WEF, 2020).

As classificações do Índice de Mobilidade Social Global 2020 são apresentadas na Tabela 4, onde se nota que o Brasil ocupa a 60ª posição, de um total de 82 países.

Tabela 4 - Índice de Mobilidade Social Global 2020

Classificação	País	Pontuação	Classificação	País	Pontuação
1	Dinamarca	85,2	42	Romênia	63,1
2	Noruega	83,6	43	Malásia	62,0
3	Finlândia	83,6	44	Costa Rica	61,6
4	Suécia	83,5	45	China	61,5
5	Islândia	82,7	46	Ucrânia	61,2
6	Países Baixos	82,4	47	Chile	60,3
7	Suíça	82,1	48	Grécia	59,8
8	Bélgica	80,1	49	Moldova	59,6
9	Áustria	80,1	50	Vietnam	57,8
10	Luxemburgo	79,8	51	Argentina	57,3
11	Alemanha	78,8	52	Arábia Saudita	57,1
12	França	76,7	53	Georgia	55,6
13	Eslovênia	76,4	54	Albânia	55,6
14	Canadá	76,1	55	Tailândia	55,4
15	Japão	76,1	57	Armênia	53,9
16	Austrália	75,1	56	Equador	53,9
17	Malta	75,0	58	México	52,6
18	Irlanda	75,0	59	Sri Lanka	52,3
19	República Checa	74,7	60	Brasil	52,1
20	Cingapura	74,6	61	Filipinas	51,7
21	Reino Unido	74,4	62	Tunísia	51,7
22	Nova Zelândia	74,3	63	Panamá	51,4
23	Estônia	73,5	64	Peru	51,3
24	Portugal	72,0	65	Colômbia	50,3
25	Coréia. Rep.	71,4	66	Peru	49,9
26	Lituânia	70,5	67	Indonésia	49,3
27	Estados Unidos	70,4	68	El Salvador	47,4
28	Espanha	70,0	69	Paraguai	46,8
29	Chipre	69,4	70	Gana	45,5
30	Polônia	69,1	71	Egito	44,8
31	Letônia	69,0	72	Lao PDR	43,8

Classificação	País	Pontuação	Classificação	País	Pontuação
32	República Eslovaca	68,5	74	Marrocos	43,7
33	Israel	68,1	73	Honduras	43,5
34	Itália	67,4	75	Guatemala	43,5
35	Uruguai	67,1	76	Índia	42,7
36	Croácia	66,7	77	África do Sul	41,4
37	Hungria	65,8	78	Bangladesh	40,2
38	Cazaquistão	64,8	79	Paquistão	36,7
39	Federação Russa	64,7	81	Camarões	36,0
40	Bulgária	63,8	80	Senegal	36,0
41	Sérvia	63,8	82	Costa do Marfim	34,5

Fonte: WEF (2020).

No que tange especificamente o Brasil, o WEF (2020) observa que, embora seja atualmente a nona maior economia do mundo, possui baixa mobilidade social, e está na última posição entre todos os países estudados no item aprendizagem durante a vida, ocupando a 74ª posição entre os 82 países no item Instituições Inclusivas, além de estar em 65º no item educação de qualidade, em 57º no item acesso a educação e 55º no item acesso a tecnologia. Este resultado corrobora estudos realizados por Figueiredo (2010) onde conclui que “o Brasil possui uma baixa mobilidade intrageracional de renda, sugerindo que sua estrutura social é relativamente rígida”.

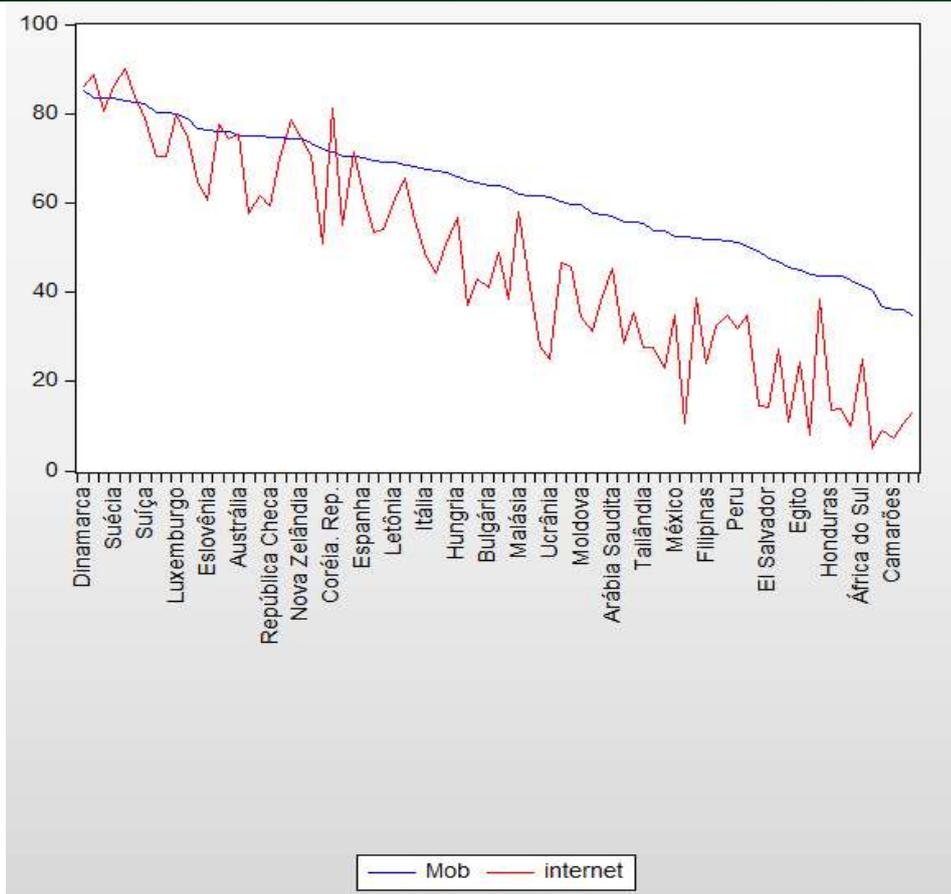
Neste sentido, esta pesquisa torna-se relevante, na medida em que, por meio de pesquisas de artigos em diversas plataformas acadêmicas, assim como publicações em sites e revistas, e ainda, considerando os impactos provocados pela pandemia da COVID-19, identificou no acesso à internet um gargalo para todos estes indicadores do WEF (2020), já que, a partir dos anos 2000, e principalmente nos tempos atuais, a internet vem sendo utilizada como ferramenta facilitadora, permitindo o acesso, a continuidade e a qualidade dos estudos, acesso a instituições e a benefícios sociais, acesso a informação como um todo, acesso à saúde, e até mesmo acesso à interação social em tempos de distanciamento imposto pelos governos.

4.2. Estudo de correlação

A partir da análise qualitativa dos artigos estudados, juntamente com dados quantitativos retirados do relatório de mobilidade social mundial do Fórum Econômico Mundial e dados do banco mundial de utilização da internet, disponíveis para determinados países, foi possível estudar uma possível correlação entre as variáveis “Mobilidade Social” e “Internet”, fontes primárias desta pesquisa.

Cabe ressaltar que correlação não significa afirmar que as variáveis possuem causalidade, sendo essa uma das fragilidades deste estudo, já que, neste primeiro momento, em se tratando de uma pesquisa inovadora, os autores se propuseram a pesquisar e analisar os achados sem um estudo econométrico. Tendo sido realizadas as devidas considerações, ao analisar a correlação entre a percentagem de habitantes com acesso à internet e o índice de mobilidade social de cada país obteve-se a correlação representada na Figura 1, efetuada com utilização do software EViews®.

Figura 1 – Correlação entre variáveis “Mobilidade Social” e “Internet”



Fonte: autores (2021).

Observa-se uma correlação positiva entre as duas variáveis na análise realizada, que compreendeu um período de 20 anos, entre os anos de 2000 e 2020, ou seja, quanto maior a porcentagem de habitantes com acesso regular à internet, maiores foram as condições de mobilidade social apresentadas no país no período pesquisado.

5. Considerações Finais

A revolução digital e da informação mudou a maneira como o mundo aprende, comunica, faz negócios, realiza inclusão social e trata as doenças. As novas tecnologias de informação e comunicação oferecem vastas oportunidades de progresso em todas as esferas da vida em todos os países - oportunidades para o crescimento econômico, melhoria da saúde, melhor prestação de serviços, aprendizagem através da educação à distância e avanços sociais e culturais.

Estatísticas comparáveis sobre acesso, uso, qualidade e acessibilidade das tecnologias de informação são necessárias para formular políticas que possibilitem o crescimento do setor e para monitorar e avaliar o impacto do setor no desenvolvimento. Embora dados básicos de acesso estejam disponíveis para muitos países, na maioria dos países em desenvolvimento pouco se sabe sobre quem usa a internet; para que elas são usadas (escola, trabalho, negócios, pesquisa, governo); e como elas afetam as pessoas e as empresas.

Com base no contexto exposto, o objetivo deste trabalho foi estudar o impacto do uso da internet na mobilidade social. Considera-se que o objetivo foi atingido, a partir dos resultados apresentados. Como método de pesquisa, adotou-se inicialmente uma revisão sistemática da literatura baseada no protocolo PRISMA, em quatro fases,

envolvendo a identificação de registros nas bases Scielo, Portal de Periódicos CAPES (buscar assunto) e Google Acadêmico, e posteriormente a realização de uma seleção, verificação da elegibilidade e inclusão de 12 artigos na fundamentação teórica. Em seguida, realizou-se um estudo para verificar a correlação entre as variáveis “Mobilidade Social” e “Internet”.

Este artigo conclui que no período estudado de 2001 a 2020, a mobilidade social dos países estudados demonstrou possuir uma correlação positiva com a percentagem de habitantes do país com acesso a internet. Pode-se explicar este resultado quando se percebe a internet como elemento facilitador das variáveis que promovem uma maior mobilidade social, sendo, ainda mais necessária na atual crise devido à pandemia do COVID-19, onde processos foram totalmente digitalizados, e pessoas sem acesso à internet ficaram à margem da sociedade, com dificuldades de manter a interação social, os estudos, o trabalho, o acesso à saúde, à justiça e de obter benefícios sociais.

Uma das limitações deste trabalho é o fato de não estudar a causalidade entre as variáveis “Mobilidade Social” e “Internet”, justificado pelo fato de que, em se tratando de uma pesquisa inovadora, os autores se propuseram a pesquisar e analisar os achados sem um estudo econométrico. Dessa forma, como extensão dos estudos aqui apresentados, sugere-se que seja realizado um estudo econométrico do impacto da percentagem de habitantes com acesso à internet e as condições de mobilidade social apresentadas pelos países, como forma de dar robustez e sustentação científica ao estudo.

Referências Bibliográficas

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales**. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

BANCO MUNDIAL. “Individuals using the Internet (% of population)”. Indicadores de Desenvolvimento Mundial. **International Telecommunication Union (ITU) World Telecommunication/ICT Indicators Database**. Acessado em 20 de abril de 2021.

BARNES, L.; HALL, P. A. “Neoliberalism and Social Resilience in the Developed Democracies.” In *Social Resilience in the Neoliberal Era*, edited by P. Hall and M. Lamont, 209–38. New York: Cambridge University Press, 2013.

BLANDEN, J. “Cross-Country Rankings in Intergenerational Mobility: a Comparison of Approaches from Economics and Sociology.” *Journal of Economic Surveys* 27 (1): 38–73, 2013.

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

CRESWELL, J. C. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, F.; LEITE, P.; LICHFIELD, J.; ULYSSEA, G. **Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil**. *Econômica*. V. 8, n1, p. 147-169, junho 2006.

FERREIRA; VELOSO. **Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. pesquisa e planejamento econômico** | ppe | v.33 | n.3 | dez 2003.

FIGUEIREDO, E. **Mobilidade intrageracional de renda no Brasil**. *Nova economia*, BH, 20 (3), pp 427-455, 2010.

FIGUEIREDO, E. **O impacto da mobilidade de renda sobre o bem-estar econômico no Brasil.** Economia Aplicada v.13, n.3, pp 475-486, 2009.

FIGUEIREDO; ZIEGELMANN. **Algumas Simulações de Efeitos de Mobilidade de Renda Sobre o Nível de Bem-Estar.** RBE - RJ v. 63 n. 4 / p. 317-328, 2009.

FILHO, D. **A feliz aliança entre educação, desenvolvimento e mobilidade social: elementos para uma crítica à nova roupagem do capital humano.** Revista Trabalho & Educação, 2003.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom.** Chicago. University of Chicago Press, 1962.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Quarta edição. Editora Atlas, 2002.

GOTTSCHALK, P.; SPOLAORE, E. **On the evaluation of economic mobility.** Review of Economic Studies, 69:191-208, 2002.

IVERSEN V.; KRISHNA, A.; KUNAL SEM, K. **Beyond Poverty Escapes—Social Mobility in Developing Countries: A Review Article.** Oxford University, 34:239-273, 2019.

LEMONS, A; DUBEUX, V.; PINTO, M. **Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências.** Cadernos EBAPE. BR, v. 7, nº 2, artigo 8, Rio de Janeiro, Jun. 2009 p. 373-384.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G.; THE PRISMA GROUP. **Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement.** PLoS Med, 6(7), 2009.

PASTORE, J. **Mobilidade Social no Brasil,** São Paulo: Makron Books, 2000.

PERO, V. **Mobilidade social no Rio de Janeiro.** Revista de Economia Mackenzie • Volume 4 • n. 4 • 2006 • p. 136-153, 2006.

PERO, V.; SZERMAN, D. **Mobilidade Intergeracional de Renda no Brasil.** pesquisa e planejamento econômico | ppe | v. 38 | n. 1 | abr. 2008.

RIBEIRO, C. **Quatro Décadas de Mobilidade Social no Brasil.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, no 3, 2012, pp. 641 a 679.

ROBSON, C. **Real World Research: a resource for users of social research methods in applied settings.** 3rd Ed. West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd., 2011.

SALAZAR, M. D.; WALTENBERG, F. **Aversão à desigualdade e preferências por redistribuição; a percepção de mobilidade econômica as afeta ao Brasil.** Estudos de Economia de São Paulo, 2016.

WTF - World Economic Forum. **The Global Social Mobility Report 2020.** disponível em http://www3.weforum.org/docs/Global_Social_Mobility_Report.pdf. Acessado em 18 de março de 2021.